

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<http://www.periodicos.ufc.br/vazantes/article/view/60827>

DOI: 10.36517/vazppgartesufc2020.2.60827

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2020 by Universidade Federal do Ceará/Instituto de Cultura e Arte. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Cecilia Andrade> **Mapa, imagem e regime de verdade:**
 Cesar Baio>> **a [re]invenção do Riacho Pajeú**

Resumo

Este artigo desenvolve uma discussão teórico-conceitual sobre o mapa como saber produzido sob certo regime de verdade (FOUCAULT, 1982) — regras segundo as quais se institui a distinção do discurso verdadeiro — e como instrumento produtor de efeitos específicos de poder. Reconhecendo tal “economia política da verdade” (FOUCAULT, 1982, p. 13), o texto analisa o mapa como imagem técnica, programada e programadora da realidade. Para o filósofo Vilém Flusser (2008), a imagem técnica não representa uma realidade anterior a ela mesma, mas projeta, de si, signos codificados pelos valores que orientam sua produção. Os argumentos desenvolvidos no texto partem de análises das ações e pesquisas realizadas no projeto *Parque Ampliado do Pajeú* (TEIXEIRA, 2017).

Palavras-chave: Mapa. Imagem técnica. Regime de verdade. Memória, Riacho Pajeú. Arte contemporânea.

> Ana Cecília de Andrade Teixeira,
 mestre em Artes pelo Programa de Pós-
 Graduação em Artes da Universidade
 Federal do Ceará (UFC), professora
 da Faculdade de Arquitetura da
 Universidade Federal da Bahia (UFBA).
eciliaandrade.arte@gmail.com

ORCID ID: 0000-0002-4075-5809

>> Cesar Baio, doutor em Comunicação
 e Semiótica pela Pontifícia
 Universidade Católica de São Paulo
 (PUC-SP) e professor do Instituto de
 Artes da Universidade de Campinas
 (Unicamp). baio@unicamp.br

ORCID ID: 0000-0002-1174-3526.

COMO CITAR:
 TEIXEIRA, A. C. DE A., & BAIO, C. (2020). MAPA, IMAGEM E REGIME DE
 VERDADE. REVISTA VAZANTES, 4(2), 75-92. [HTTPS://DOI.ORG/10.36517/
 VAZPPGARTESUFC2020.2.60827](https://doi.org/10.36517/VAZPPGARTESUFC2020.2.60827)

Abstract

This article develops a theoretical discussion about the map as knowledge produced under a certain regime of truth (FOUCAULT, 1982) — rules according to which the distinction of true discourse is instituted — and an instrument that produces specific effects of power. Recognizing this “political economy of truth” (FOUCAULT, 1982, p. 13) the map is analyzed as a technical image that is programmed and programmer of reality. For the philosopher Vilém Flusser (2008), a technical image does not represent a reality prior to itself, but projects signs encoded through the values that guide its production. The arguments developed in the text start from analysis of actions and research carried out in the project Parque Ampliado do Pajeú (TEIXEIRA, 2017).

Keywords: Map. Technical image. Regime of Truth, Memory. Riacho Pajeú. Contemporary art.

Introdução

O Riacho Pajeú (água do Pajé) guarda a mítica de elemento fundador da cidade de Fortaleza. Em 1649, foi descrito por Matias Beck como “belo rio de água doce” (CARVALHO, 1903, p. 348); por outro lado, Raimundo Girão (1979, p. 30) o considerou “inexpressivo dentro do quadro físico”. Não há dúvidas, no entanto, de que ele tem o mérito, frente aos caudalosos rios Ceará e Pacoti, de “ter atraído a localização de uma grande cidade do futuro” (CASTRO, 1977, p. 30), pois foi em suas margens que os holandeses teriam construído o forte de Schoonenborch, o qual, depois de rendido pelos portugueses, foi reconstruído como Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção — ao redor da qual cresceu a vila e, depois, a cidade de Fortaleza. Esse corpo d’água com quase 5 km de extensão corre hoje, na maior parte de seu trajeto, canalizado e invisível.

A pesquisa de mestrado em Artes *Parque ampliado do Pajeú: uma abordagem site-specific com uso de locative media* (TEIXEIRA, 2017) discorre¹ sobre as dimensões e os dispositivos do apagamento desse riacho. O apagamento é concebido como uma violência ativa e programada à memória, diferenciando-se do esquecimento pela intencionalidade do ato e pela destruição dos rastros que permitem rememorar. O apagamento foi, assim, apresentado segundo duas dimensões interdependentes, a física e a simbólica, sendo a última composta pelos apagamento dos espaços de representação e apagamento das representações do espaço. Dessa forma, a pesquisa aponta evidências do papel da imagem do mapa na produção do apagamento.

De acordo com Brian Harley (1992, p.1), os mapas são imagens que gozam do *status* de imagem científicas há alguns séculos. Hoje, são tão automatizados que ocultam a intenção produtora humana. Enquanto imagem produzida cientificamente, ele adquire uma aura de neutralidade. Segundo o autor, o mapa é, a um só tempo, instrumento de conquista — pois permite o conhecimento do território — e de produção do real, por legitimar os poderes hegemônicos e manter o *status quo*. Ele performa a produção de determinada verdade, escolhida com apoio da crença na imparcialidade da ciência que o gerou (HARLEY, 2009)².

1 Pesquisa desenvolvida no PPGArtes da UFC, orientada pelo Prof. Dr. Cesar Baio.

2 Texto sem paginação. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5724.html>> Acesso em: 07 out. 2013.

Segundo Michel Foucault (1982, p. 13), em nossas sociedades, a verdade está centrada nos discursos científicos e nas instituições produtoras desses discursos. Portanto, ela é produzida e transmitida sob o controle (não exclusivo, mas dominante) de alguns aparelhos como exército, universidade e imprensa, a partir de onde é difundida e consumida pelos indivíduos, circulando nos aparelhos de informação e educação. É a partir desses campos de saberes fundamentados cientificamente que as decisões são tomadas que decide-se, por exemplo, por construir ali, e não mais adiante. Assim, não podemos situar este saber (do mapa) à parte do poder.

Para Foucault, todo saber constitui novas relações de poder, e todo exercício de poder é, ao mesmo tempo, lugar de formação de um saber. As relações de poder produzem saber, fabricam os instrumentos que explicam a produção dos saberes e indicam as condições necessárias para que algo venha a ser considerado verdade, ou seja, saber e poder implicam-se mutuamente, encadeando a produção de um “regime de verdade” (FOUCAULT, 1982, p. 13).

A verdade, no sentido foucaultiano, não é uma essência, um *a priori*, “a” verdade de acordo com a filosofia tradicional. Não é um “conjunto de coisas a descobrir ou a fazer aceitar”, mas sim um “regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1982, p. 13).

Cada sociedade tem seu regime de verdade. Como notou Gordon (1994), Foucault posiciona a verdade como instrumento do poder, valorizando-a pela sua eficácia instrumental, e não por sua oposição ao que seria falso ou espúrio. Então, podemos entender por verdade “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” que está “circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1982, p.14).

Este artigo desdobra as descobertas da pesquisa referida anteriormente, desenvolvendo uma discussão teórico-conceitual sobre o mapa como documento produzido sob certo regime de verdade e como instrumento produtor de efeitos específicos de poder. Reconhecendo tal economia política da verdade, analisa-se, aqui, o mapa como imagem técnica, programada e programadora da realidade (FLUSSER, 2008).

Diante dessa fundamentação, apresentamos as descobertas da pesquisa e as proposições artísticas realizadas ao longo do mestrado; em especial, discutimos os trabalhos *Excursão Pajeú* e *Inserções em Google Maps*, que tensionam o efeito especular dos mapas, considerando-o como campo de disputa.

Campo de disputa: a foz do riacho

Por quase todo o percurso do Riacho Pajeú, o abafamento da canalização consegue prender o rio a um pretérito mais-que-perfeito. No entanto, a pesquisa de mestrado revelou que alguns trechos do riacho ainda são território em disputa tanto no espaço urbano

quanto no imaginário e nos mapas que o representam. Dentre os diferentes trechos do rio que geram tensões políticas, sociais e econômicas, talvez os quinhentos metros finais de seu trajeto sejam os mais sensíveis às controvérsias atuais.

Atualmente, a área correspondente à foz do Pajeú abriga, de oeste para leste: o empreendimento cinco estrelas Marina Park Hotel, a Indústria Naval do Ceará (INACE) e a comunidade chamada Poço da Draga. O terreno onde se encontra o Marina Park Hotel é uma faixa de praia privatizada que ocupa parte da foz original e a margem esquerda do trajeto natural do Riacho Pajeú, de cuja desembocadura resta hoje uma saída de águas pluviais. Após uma obra de drenagem da década de 1980, modificou-se o trajeto do riacho, de forma que a foz foi transferida para o terreno da citada indústria.

A comunidade do Poço da Draga — localizada na porção leste do trecho, à direita da INACE e, portanto, da foz natural (e mesmo da modificada) — é um aglomerado subnormal, forma de ocupação irregular, segundo o IBGE (2019). A área ocupada pela comunidade encontra-se sobre um terreno alagável, ou lagamar, uma área de cota baixa sob forte influência das marés, que foi conquistado ao mar pelo assoreamento proporcionado após a criação do Porto Hawkshaw. A ocupação da área remontaria, segundo os líderes comunitários, à presença de outro antigo porto, conhecido como Ponte Metálica, que iniciou suas atividades no começo do século passado, dado o fracasso do Hawkshaw. Suas ruas sinuosas desenharam o espaço que sobrou entre o antigo trilho do trem, saindo do porto já desativado em direção à antiga Alfândega (hoje prédio da Caixa Cultural), e a INACE, que continuou expandindo seu terreno por sobre a comunidade desde sua instalação nos anos 1960.

A comunidade encontra-se, assim, encurralada, na porção oeste, pela citada indústria e a leste e norte pelas obras paralisadas do Acuario Ceará, futuro equipamento turístico envolto em disputas, agora sem destino certo. O acesso ao mar encontra-se limitado a um trecho de cerca de 100 metros, entre os tapumes da obra paralisada e os muros da empresa.

Para a pesquisa realizada, a disputa do espaço por meio das representações do riacho no mapa e no imaginário coletivo foram tornadas evidentes durante uma visita guiada à comunidade do Poço da Draga, realizada na primeira semana de setembro de 2015. Na atividade organizada por uma professora de urbanismo de uma universidade de Fortaleza, uma quantidade significativa de alunos conheceu o que lhes foi apresentado como a desembocadura do Riacho Pajeú no mar: uma área alagadiça da comunidade, drenada por vários anéis de concreto, onde uma réstia de mangue permanece. Posteriormente, em conversas informais identificou-se que alunos e professores de variadas instituições estavam a repetir tal discurso.

Se, para Foucault, a verdade não existe fora do poder, o papel dos peritos como produtores dos saberes e poderes reguladores da vida e da morte é de extrema relevância política e social. Essa posição de poder seria exercida pelo que o autor compreende como sendo o intelectual específico (FOUCAULT, 1982, p. 9-10). Surgida na contemporaneidade, tal figura estaria ligada a campos

específicos do saber, a partir dos quais ela poderia envolver-se em lutas específicas, inaugurando uma nova forma de ligação entre teoria e prática. Sua incumbência não é libertar a verdade do poder — o que, como já vimos, seria impossível —, mas de questionar a relação entre verdade e poder. Francesco Paolo Adorno esclarece sobre o papel desse novo intelectual cuja função política está estreitamente relacionada ao problema da produção de verdade: “Não são mais as ideias engenhosas nem a retórica inflamada, baseada em profundas convicções morais e políticas, que caracterizam o papel dos intelectuais, mas sua capacidade de utilizar criticamente suas competências no trato de problemas específicos” (ADORNO, 2004, p. 42).

Adorno afirma que a ação que o intelectual específico pode exercer sobre a relação entre verdade e poder confere uma força completamente diferente a seu impacto sobre a sociedade. Ele atua na pretensão não de mudar a consciência das pessoas ou o que elas têm na cabeça, mas questionar o regime político, econômico, institucional de produção da verdade. É o seu saber específico que o torna uma ameaça.

Ao discutir as relações entre discurso e poder, Foucault nos lança as questões: “o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (2009, p. 8). A produção do discurso (enquanto discurso verdadeiro) “é, em toda sociedade, selecionada, controlada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar os poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2009, p. 11). A produção da verdade é controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos, internos ou externos ao discurso, ou mesmo de rarefação dos sujeitos que falam. A estrutura social dispõe de rituais específicos de validação e disseminação dos discursos que tornam um pronunciamento aceito como oficial e, desse modo, tentar controlar seus poderes e perigos. Para ter valor de verdade, os discursos precisam estar delimitados às suas disciplinas, ter um sujeito do discurso qualificado, ser destinados a grupos doutrinários e distribuídos e difundidos socialmente, por exemplo.

Os “discursos autorizados” são aqueles legitimados pelo poder exercido tanto por técnicos dos órgãos governamentais quanto por pesquisadores da academia. Neste contexto, os discursos que circulam nas universidades (como o proferido na visita citada) têm um lugar de relevância na produção de verdade, pois “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2009, p. 44). Tais saberes aí construídos impactam na produção da cidade.

Na investigação realizada durante o mestrado em diversos dos arquivos que guardam a memória urbanística da cidade, foram levantados dezenas de documentos cartográficos desde o século XVII até o início do século XX, apresentando claramente o traçado do Riacho Pajeú. São mapas de engenheiros holandeses, franceses, portugueses, ingleses; cartas de navegação e levantamentos para fins de exploração de minérios; “localizações exatas” para

fins de defesas; plantas para planejamento; planos para execução de portos; projetos para expansão urbana. Enfim, profissionais das mais diversas procedências, com formação e interesses diversos, produzindo documentos cartográficos para fins militares ou civis, mas todos dependentes da precisão da localização geográfica. Invariavelmente, os documentos datados até os primeiros anos do século passado mostram claramente o ponto em que o corpo d'água, hoje canalizado e escondido, faz uma inflexão à esquerda após a quadra onde se encontra edificado o Mercado Central, passando em frente ao Forte de Nossa Senhora da Assunção e, depois, correndo em direção norte até a foz.

Por outro lado, os mapas da segunda metade do século passado não representam o percurso completo do riacho, que já estava canalizado e, em alguns pontos, subterrâneo. Eles silenciam o riacho em prol do desenvolvimento urbano, de acordo com o que compreendemos ser parte do processo de seu apagamento simbólico. Gradativamente, o Pajeú é invisibilizado nos mapas recentes. Desaparece das imagens oficiais que representam o espaço urbano. Encoberto por vias e prédios, não pode ser visto por quem percorre o espaço urbano; sem qualquer representação visual nos mapas, gradativamente desaparece da vida e da memória das pessoas. O riacho que deu origem à Fortaleza e que até cerca de 1850 era essencial à manutenção da vida na cidade, foi sendo convertido, seguindo o desígnio dos higienistas do século XIX, numa “cloaca máxima” (POMPEU, 1897, p. 104).

À altura da visita dos alunos à comunidade, a docente relatou que os mapas oficiais da prefeitura traziam como verdade a foz do riacho dentro da comunidade, em desacordo com os documentos históricos levantados naquele momento da pesquisa, que traziam a foz em outro local. Após tamanho atentado simbólico e físico, não seria de espantar o sumiço do riacho. Segundo Harley (2009), “os “silêncios” dos mapas são um conceito central em toda argumentação sobre a influência de suas mensagens políticas ocultas”. O silêncio do mapa é um tipo de filtragem ideológica que pode suprimir, por exemplo, determinados pobres, populações nativas e outros grupos de menor força política, reforçando a percepção de superioridade de outros grupos. Mesmo mapas aparentemente objetivos se caracterizam por manipulações frequentes ou distorções intencionais, passando por censura que visa suprimir determinados elementos por motivos de segurança, política, economia ou por outras justificativas que geram ausências. O que parece espantoso — e isso é um ponto essencial para pensar a imagem mapa como produtora de efeitos específicos de poder — é o aparecimento do Pajeú lá onde ele nunca esteve. E somente lá.

Em contato com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), constatou-se que, desde 1992, alguns peritos, principalmente dos órgãos públicos e de escritórios de planejamento, relatam uma certa controvérsia a respeito do trajeto e da localização da foz do riacho. Embora a farta documentação histórica levantada na pesquisa de mestrado mostrasse o contrário, segundo a SEUMA, essa controvérsia estaria relacionada à falta de documentação em posse do Estado ou Município para fundamentar qualquer alegação precisa. Outros peritos têm defendido, com

base em um método controverso de identificação, via fotos aéreas (de satélite) de rastros de vegetação ou nas memórias da comunidade, a existência de um braço do Pajeú dentro da comunidade do Poço da Draga, de forma contrária a toda a documentação cartográfica ainda existente em outros órgãos e escritórios públicos.

Se alguns técnicos vêm realizando essa defesa, no entanto, fazem-no contra séculos de produção cartográfica. Desde a planta da expedição de Mathias Beck, no século XVII, até mapas de meados do século passado, acumulam-se documentos que apontam a foz do Pajeú centenas de metros mais a oeste em relação ao corpo d'água existente no Poço. Mesmo os mapas construídos após a canalização do riacho — que na década de 1980 alterou seu curso natural, retificando-o sob uma via pública — apontam sua presença dentro do terreno da INACE. Só a partir de 1992 é possível constatar, já em bases cartográficas digitais, o mapeamento de um pequeno riacho, que passou a ser Zona de Proteção Ambiental na planta de 2009. No entanto, em nenhuma das fontes o topônimo Pajeú é aplicado a esse novo elemento. É claro que podemos questionar a precisão, as finalidades e os silêncios dos documentos mais antigos, mas diante de tão variadas fontes, como duvidar das características gerais do traçado do riacho, uma vez que elas se mantêm muito próximas das imagens encontradas antes da digitalização dos mapas?

Na última semana de setembro de 2015, foi realizada uma visita à INACE. Estava visível e fisicamente acessível a canalização a céu aberto que mudou o curso dessa foz para a continuação da Av. Alberto Nepomuceno. Localizada a mais de cem metros à direita do trajeto natural do leito do riacho, bem no centro da planta da indústria, sua posição mostrava-se condizente com o mapa de drenagem da cidade de 1992. Um funcionário apresentou ao grupo de pesquisadores que visitava a empresa o que seria o outro braço do riacho, que passaria, segundo ele, dentro da comunidade, a 500 metros do leito original. No entanto, como averiguado visualmente no local, o trecho do riacho deslocado após a canalização escoava para o mar, passando por baixo de um dos galpões da empresa.

No período de realização da pesquisa, a comunidade do Poço da Draga assistiu aos planos da prefeitura para “melhorias” na sua área — onde tais peritos indicavam a foz do Pajeú. O riacho tinha sido transferido completamente para o território da comunidade, de acordo com o discurso de verdade estabelecido pelos especialistas de plantão, ignorando quase quatro séculos de farta documentação. O Marina Park Hotel jamais foi citado nesta questão. A INACE, que tem a geração de emprego e renda como arma retórica de seu discurso para permanecer no local, não teve qualquer demarcação de zoneamento ambiental constante nos documentos publicizados, àquela altura, pela SEUMA. Para os moradores da minúscula comunidade do Poço da Draga (que nem mesmo tinha todas as suas vielas levantadas), talvez um mapa fosse o mais contundente instrumento de guerra.

Em junho de 2016, enquanto a comunidade do Poço da Draga preparava-se para comemorar 110 anos de existência, estava sendo discutida na Assembleia Legislativa a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) da cidade de Fortaleza. Essa lei é um instrumento

do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano que define as normas e os parâmetros para as construções em áreas diferenciadas da cidade, delimitando zonas de usos distintos. Exemplos destas zonas urbanas são as áreas de proteção ambiental, de interesse social e patrimonial, entre outras. A LUOS define a relação entre as edificações e o seu entorno, organizando a convivência de atividades diversas e buscando a justa ocupação e o máximo aproveitamento do solo urbanizado.

A LUOS que estava para ser votada seguia as demarcações de um mapa de Macrozoneamento Ambiental de 2008. Tendo em vista a suposta localização da foz do riacho, esse mapa apresentava uma faixa de cor verde delimitando uma área de Preservação Permanente de uma Zona de Proteção Ambiental (nomeada ZPA1) dentro da Comunidade do Poço da Draga, segundo a qual não se permitem construções. A ZPA determina uma área que tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica. Uma lei complementar (FORTALEZA, 2015) instituiu uma área de preservação para o Riacho Pajeú de 40 metros de largura, 20 metros para cada margem, que não pode ser edificada onde este se encontrar a céu aberto.

Além da presença curiosa do riacho no terreno da comunidade, os mapas da LUOS instauravam uma ausência preocupante. No documento em votação não constava a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Poço da Draga. Esse é um tipo de demarcação que assegura uma série de direitos à comunidade, inclusive dificultando sua remoção e, em caso de necessária realocação, estabelece critérios muito específicos para fazê-lo.

O apagamento dessa demarcação (ZEIS) facilitaria a remoção dessa população, respaldando-se justamente na aparição da outra mancha verde, a (ZPA1), que posiciona no Poço da Draga o tal riacho, ao passo que omite sua presença nos terrenos da INACE ou do Marina. O sumiço de uma simples mancha de cor (e o aparecimento de outra), que pode ser apenas um erro inocente de um técnico, tem, no entanto, efeitos muito graves. Independente da motivação da sua falta, é esse mapa que, votado e aprovado, iria programar a cidade do futuro.

Técnicas, técnicos e efeitos de poder

Se adotarmos como método de análise a comparação da produção cartográfica oficial, histórica ou atual, para abordar essa questão, veremos que os mapas entram em conflito. A demarcação do Pajeú dentro Poço da Draga, tal como definido na planta de Macrozoneamento Ambiental, mostra-se inconsistente com as plantas de drenagem dos arquivos da própria Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA). Nestas plantas, pode-se constatar que os canais do Pajeú e da área alagada da comunidade do Poço da Draga não possuem qualquer comunicação entre si. Tais riachos, inclusive, sequer compartilham a mesma microbacia hidrográfica.

Se a produção de mapas oficiais sempre obedece alguma agenda que contempla alguns elementos enquanto exclui ou silencia outros, também o método do rastro de vegetação não pode ser

encarado como a escolha metodológica diante de um rio há tantas décadas canalizado e praticamente sem áreas de margens livres de edificações. Tampouco as memórias dos moradores, como aponta Rita Mattar (2012), sempre passíveis de manipulações e abusos, são unânimes sobre a questão. Se a Adnair, moradora do Poço da Draga, que provavelmente sofrerá os efeitos dessa demarcação, mostra orgulhosa o que os pais ensinaram ser Pajeú correndo em seu quintal, seu Chico da Rosa, senhor de idade mais avançada e seu vizinho, que diz ter conhecido a foz antes da canalização, afirma que o Pajeú passa “lá dentro” da INACE e que o riacho no quintal das casas é resultado de um olho d’água e da influência da maré.

Embora a análise de mancha de vegetação e a coleta de memórias dos moradores possam se configurar como métodos válidos para uma análise ampla da situação, que efeitos de poder a adoção de um ou outro é capaz de gerar? A produção de verdade por meio dos processos aqui discutidos, baseada em métodos que abandonam os documentos históricos, está perfeitamente alinhada com os esforços de gentrificação e produção de novos cartões-postais de que fala Jacques (2009), ao analisar a produção da imagem do espaço público a partir dos interesses capitalistas.

Disputar o mapa

Os atuais dispositivos portáteis de computação pervasiva e as redes móveis de telecomunicações, tais como os telefones celulares, *smartphones*, *tablets* etc. vêm se tornando cada vez mais ubíquos, integrando-se à vida cotidiana. Considerando o poder acumulado pelas companhias que os produzem e controlam, tais tecnologias acabam levando ao exercício assimétrico do poder e controle. No entanto, elas também podem ser apropriadas para a construção de contradiscursos e para o fortalecimento dos vínculos comunitários, ao possibilitar a produção, a distribuição e a recepção de conteúdos fora dos interesses hegemônicos.

Diante do apagamento do riacho e das possibilidades atuais de ampliação do espaço pela adição de camadas informacionais digitais ao espaço urbano, a pesquisa questionou: qual a potência da arte contemporânea em tensionar os discursos de produção de verdade e os interesses do capital na produção do espaço urbano? Como responder ao apagamento do Riacho Pajeú utilizando as potencialidades de ampliação da realidade criadas pelas camadas informacionais da cidade? De que maneira a intervenção artística em espaços urbanos e informacionais pode operar transformações no imaginário e na memória de modo a disputar esse riacho? Tais discussões levaram à criação do projeto artístico *Parque ampliado do Pajeú*, apresentado na exposição *Excursão Pajeú*, no Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBNB), em 2017.

A exposição foi composta de trabalhos de diferentes naturezas, incluindo a série de desenhos *Projetos para um parque*, a instalação *Inventário Pajeú*, um vídeo, uma instalação no espaço físico derivada da intervenção urbana híbrida *Intervenções em GoogleMaps* e a série de encontros e caminhadas guiadas *Curto-circuito*. Nesta, os participantes da proposição artística utilizavam

o aplicativo *Excursão Pajeú*, que deu nome à exposição, como uma experiência com mídia locativa do tipo audioguia. Durante a caminhada, a presença do corpo no espaço dispara áudios geograficamente localizados, que trazem citações de documentos de diversas épocas, lidos pela voz eletrônica do dispositivo.

Há uma máxima na internet que diz: se não está no Google, não existe. Considerando o poder da gigante de tecnologia na produção de verdade, poderíamos afirmar: se não está no Google Maps não existe. A posição dominante no mercado e as políticas dos serviços do Google levantam críticas da sociedade sobre assuntos como privacidade, direitos autorais e censura. Ao mesmo tempo, o Google está em todas as casas, escritórios, mídias móveis, disponibilizando, entre outros serviços, mapas que têm imenso poder na produção de realidade e que são produzidos pela própria empresa. Assim como o riacho não aparece nas representações cartográficas de maior circulação na sociedade, como guias turísticos e mesmo o Plano Diretor de Fortaleza (que mostra apenas alguns trechos curtos do riacho, ficando a maior parcela do curso d'água como que inexistente), também não está representado no Google Maps.

É pelo seu caráter extremamente pervasivo que tal plataforma foi adotada para o aplicativo *Excursão Pajeú*. Ao constatar a distância entre o espaço vivido e o mapa, a proposição reforça o mapa como codificação; não como reprodução de um “real” e, sim, como produtor de realidade. Ao dar a ver esse invisível, a ação artística toca na política. Quem regula a visibilidade do que entra ou não no mapa? Ao gerar esse choque do que está e não está no mapa, a proposta artística atua na discrepância entre mapa e espaço, tensionando o efeito especular dos mapas, podendo suscitar com isso questionamentos sobre poder e a produção dos mapas e, por consequência, dos espaços da cidade. Mas o encontro com o apagamento busca mais que contestar a ausência ou silêncio cartográfico, de que nos alerta Harley. Esse choque pode resultar numa resposta emocional, numa abertura para sensações, sentidos, questões e evocações de imagens nos participantes.

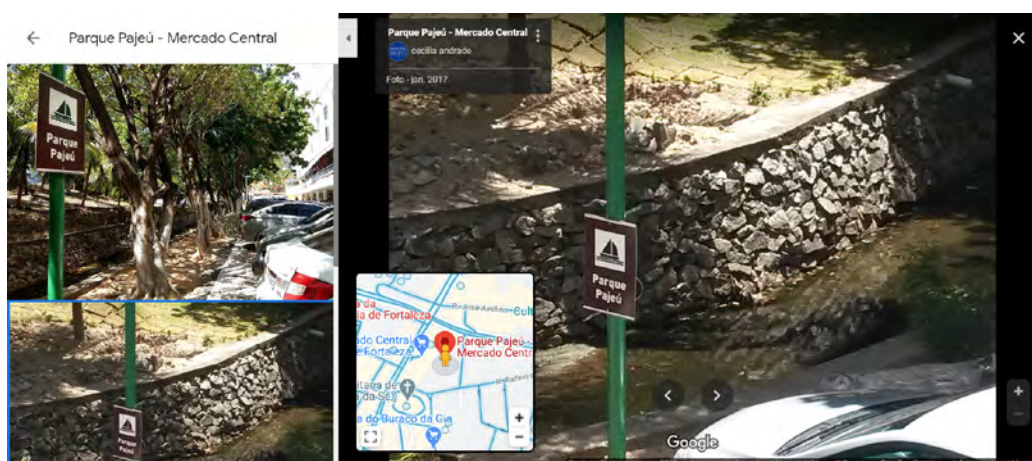
Já *Inserções em GoogleMaps* buscou inserir contrainformações no mapa da Google. Inicialmente, através da ferramenta Map Maker, a Google permitia, através de um elaborado sistema de hierarquia de contribuintes organizados em comunidade, a demarcação de novas áreas, inclusão de espaços públicos e até a inclusão de riachos. Em 2015, após uma pichação virtual polêmica (LAGUNA, 2015), a empresa descontinuou a comunidade de editores e passou aos poucos a incorporar algumas das funcionalidades ao próprio Google Maps. Atualmente essa ferramenta permite localizar os nomes de estabelecimentos comerciais ou de serviços no mapa, avaliar tais estabelecimentos ou editar vias, mas seu caráter passou claramente do mapeamento físico para a mobilização turística e a promoção de negócios.

Por meses, tensionamos esse sistema, tentando descobrir até onde um indivíduo comum pode ir à produção de um mapa que tem um enorme poder de produção do real. Começamos por incluir na plataforma elementos não mapeados, como vias de pedestres.

Tendo entendido a dinâmica de aprovação das alterações em fóruns, tratamos de iniciar a construção do *Parque ampliado do Pajeú*.

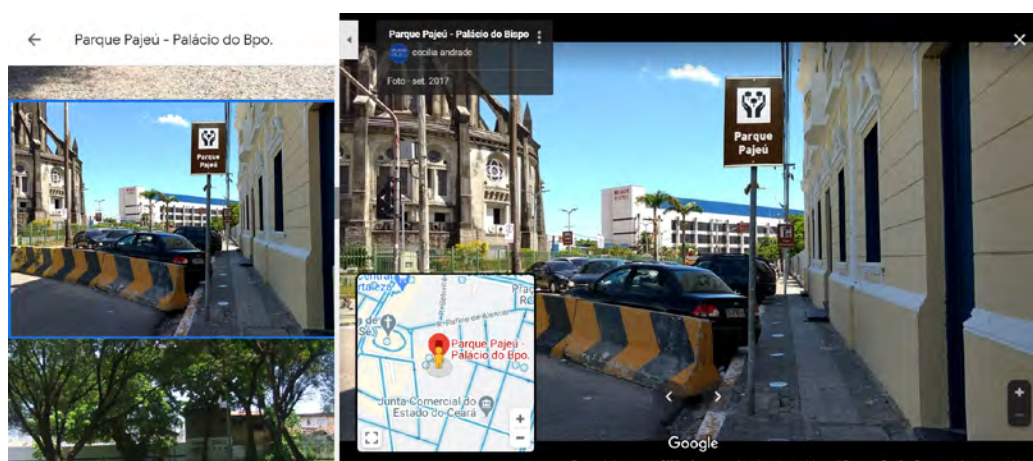
Por limitação da ferramenta, não poderíamos aplicar o mesmo topônimo em locais espacialmente descontínuos, assim, atribuímos o nome do parque em conjunção com o nome da via ou equipamento por onde passa o riacho. Foram inseridos os locais: *Parque Pajeú – Mercado Central*, *Parque Pajeú – Paço Municipal*, *Parque Pajeú 25 de Março*, *Parque Pajeú – Dom Manuel* e *Parque Pajeú – J. da Penha*, este último, um terreno baldio que é oficialmente um parque.

Passamos meses adicionando os pontos que, mal entravam no sistema, eram modificados por outros atores. *Parque Pajeú – Mercado Central* (Fotografia 1) é o trecho em que o riacho passa no estacionamento do principal mercado público de caráter turístico, em péssimas condições e com tratamento espacial incoerente com a importância histórica que algumas autoridades lhe atribuem. Terminou sendo removido definitivamente das opções de pesquisa do mapa.

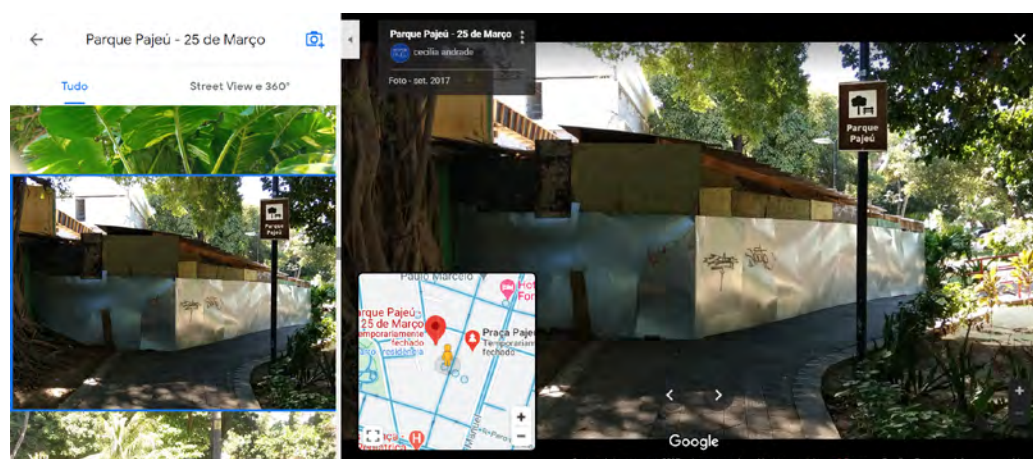


Fotografia 1 – Parque Pajeú - CDL
Fonte: Google Maps (2020).

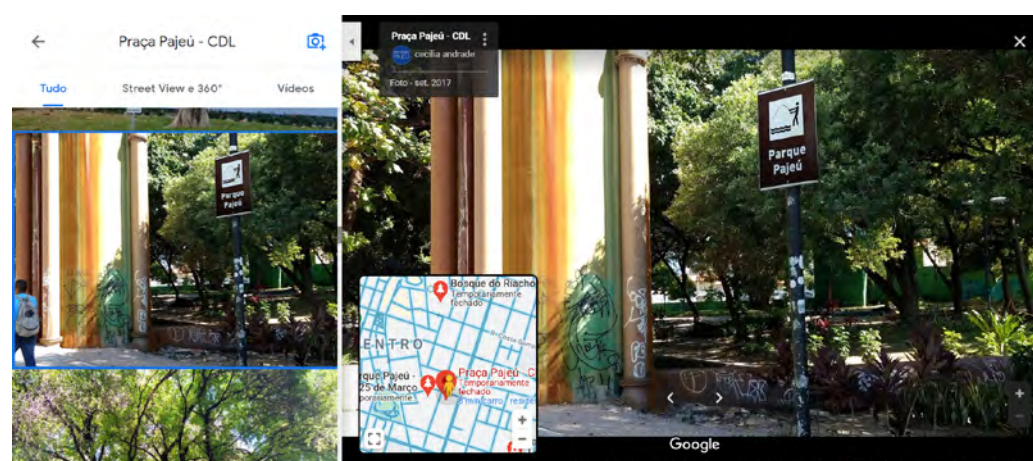
Parque Pajeú – Paço Municipal (Fotografia 2) é um trecho onde o riacho corre a céu aberto em terreno que hoje sedia a Prefeitura Municipal de Fortaleza. Está denominado *Bosque do Riacho Pajeú* e consta como temporariamente fechado. *Parque Pajeú 25 de Março* (Fotografia 3) e *Parque Pajeú – Dom Manuel* passaram por diversas disputas, resultando que o primeiro permaneceu com o nome que lhe atribuímos, e o segundo está no mapa como *Praça Pajeú – CDL* (Fotografia 4). Estes dois são os únicos trechos com tratamento urbanístico consistente com um espaço público, sob os cuidados da Câmara de Dirigentes



Fotografia 2 – Parque Pajeú - Paço Municipal
Fonte: Google Maps (2020).

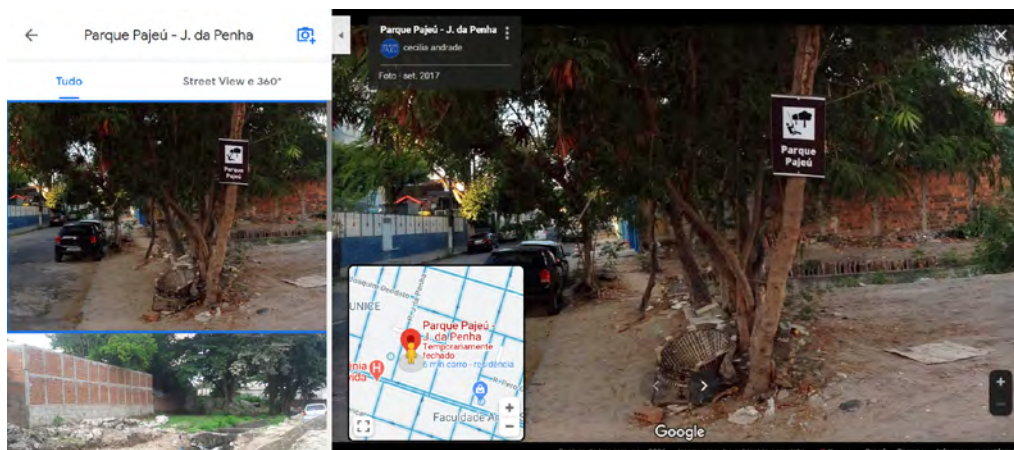


Fotografia 3 – Parque Pajeú - 25 de março
Fonte: Google Maps (2020).



Fotografia 4 – Parque Pajeú - CDL
Fonte: Google Maps (2020).

Por fim, nosso interesse se desviou do mapa para as imagens que a plataforma disponibiliza, associadas aos locais mapeados. Passamos, além disso, da disputa virtual para uma disputa híbrida: realizamos uma intervenção urbana em que foram aplicadas placas consistentes com o padrão utilizado nacionalmente em turismo e patrimônio (IPHAN), em uma ação infiltrada, não anunciada como intervenção artística. A intervenção foi transformada em fotografia, por sua vez transformada em fotografia de um local no Google Maps, o qual pode ser visitado e avaliado por numerosos desconhecidos, projetando ao mundo uma imagem desse Parque Pajeú.



Fotografia 5 – Parque Pajeú - J. da Penha
Fonte: Google Maps (2020).

A reinvenção do Riacho Pajeú (Discussão do trabalho)

Compreendendo o mapa como resultado de escolhas orientadas política, social e economicamente, as proposições criadas pela artista-pesquisadora neste projeto procuraram criar dissonância no discurso hegemônico tanto sobre o percurso do riacho quando sobre sua própria existência. Como estratégias de ação, as intervenções nas plataformas digitais e no espaço urbano buscaram explorar a potência do mapa como imagem sensível, como articulação estético-política, em sua capacidade de produção de sensibilidade, imaginário e memória, além de um compromisso ético com o problema da produção da verdade.

Em sua condição de imagem técnica, representação criada a partir de conhecimentos científicos, o mapa recolhe informações do mundo e as organiza de maneira específica, visando criar uma representação do mundo. Ele é resultado de um processo que tem por objetivo abstrair certas informações e destacar outras, de acordo com os propósitos da sua produção. Tal processo mostra que a essência do mapa é a abstração orientada por valores, circunstâncias e interesses presentes no processo de sua construção. Se um mapa é produzido para orientar motoristas em uma estrada, informações sobre o relevo da área, a pressão atmosférica e até mesmo os percursos dos rios que passam pelo terreno não são tão relevantes. Mas, se o propósito é a prevenção e o combate a incêndios florestais, por exemplo, tais informações não podem ser suprimidas.

Para Flusser, no seu manuscrito *Mapas e hotéis*³, os mapas são fiéis aos pontos de vista através dos quais são produzidos. E os pontos de vista não são apenas questão de distância e de ângulo, mas também de interesse. Harley (2009) nos coloca que “Os mapas nunca são imagens isentas de juízo de valor e, salvo no sentido euclidiano mais estrito, eles não são por eles mesmos nem verdadeiros nem falsos”. O interesse a que se refere Flusser não é o puramente temático, mas o tipo de seletividade que esconde uma manipulação. Diz Flusser, no mesmo texto (p. 1): “Mapas não são apenas indicativos, são também imperativos. Revelam a ideologia dos seus projetores”. Em consonância, afirma Harley:

Pela seletividade de seu conteúdo e por seus símbolos e estilos de representação, os mapas são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens. Aceitando-se tais premissas, torna-se mais fácil compreender a que ponto eles se prestam a manipulações por parte dos poderosos na sociedade (HARLEY, 2009).

Tais interesses tornaram-se evidentes quando confrontamos as discrepâncias entre os mapas antigos e atuais localizando a foz do Pajeú. Tal como Flusser aponta, a questão que se coloca é que os mapas geralmente não mostram os pontos de vista pelos quais foram produzidos, mas tendem a esconder as motivações que levaram às escolhas feitas no seu processo de produção. Confiamos no mapa porque assumimos o ponto de vista através dos quais foram produzidos, colocamo-nos na posição daqueles que o projetaram. Mesmo sabendo disso, como afirma Flusser no manuscrito *Mapas e hotéis* (p. 1-2): “confiamos neles, (e, por extensão, nas teorias científicas e nas representações artísticas), porque são úteis. Não por serem verdadeiros”.

Como aponta Flusser não há um limite conhecido para a quantidade de pontos de vista sob os quais um mapa pode ser produzido. Alguns podem ser de interesse público, outros, de interesse privado; alguns podem servir para orientação geral, outros podem ser bastante específicos. No entanto, muito antes dos mapas do Google, Flusser identificou uma contradição entre os interesses públicos e privados implicados nas informações de interesse coletivo e individual, ao discutir a relação entre os trajetos de estradas mapeadas e a indicação de hotéis e áreas turísticas nos mapas da Michelin, que por décadas orientaram motoristas em diferentes cidades e países ao redor do mundo. Segundo o autor, por detrás das escolhas feitas sobre o que deve ser mostrado (rodovias) ou não (hotéis e suas estrelas) naqueles mapas rodoviários está o interesse em não revelar a divisão de classes da sociedade da maneira diagramática com a qual o mapa o faria.

Flusser posiciona o mapa como uma imagem técnica. As imagens técnicas significam (apontam) programas calculados, enquanto as imagens tradicionais significam (apontam) cenas. Para o autor, decifrar imagens técnicas implica revelar o programa do qual e contra o qual surgiram. Mas decifrar imagens técnicas é

3 FLUSSER, Vilém. Mapas e hotéis. Manuscrito. Sem data. Documento 3071, em ESSAYS 12_PORTUGUESE-M. **Arquivo Vilém Flusser São Paulo**. Disponível em: <<http://www.arquivovilemflusser.com.br>>. Acesso em: 1 set. 2020.

tarefa difícil, porque elas ocultam a codificação que se processou no interior dos aparelhos que as produziram. A tarefa da crítica de imagens técnicas é “precisamente a de des-ocultar os programas por detrás das imagens” (FLUSSER, 2008, p. 29). Seria na luta entre os programas do aparelho e o gesto desprogramador do artista que se revelaria a intenção produtora humana dentro da caixa-preta do aparelho. Se não conseguimos operar tal deciframento, as imagens técnicas se tornarão opacas e originarão a nova idolatria, mais densa que a das imagens tradicionais, antes da invenção da escrita.

Com isso em mente, seria possível fazer da arte um condutor que levasse ao entendimento de tais motivações? Ao criar outras marcas nas vias públicas, imagens de orientação que se utilizassem da estética (e do discurso) oficial e plataformas hegemônicas de produção de verdade, seria possível inserir um outro “ponto de vista” desses mapas? Com as ações realizadas como parte do projeto de pesquisa e intervenção artística, seria possível que a arte tornassem os mapas “úteis” de modos e com interesses diferentes daqueles do Estado e do mercado? As ações da pesquisa artística estiveram centradas em discutir essa problemática, investindo no poder estético e político do mapa como imagem.

Quando se pensa no mapa como imagem técnica e em sua produção como uma caixa-preta, fica evidente a dimensão do papel da gigante Google na compreensão que o mundo todo tem sobre o espaço global. A empresa americana já fotografou mais de dezesseis milhões de quilômetros de ruas, tendo criado imagens de 98% do terreno habitado do planeta. Essa compulsão pelo sequestro de dados sobre pessoas, coisas e espaços rende à companhia cerca de 140 bilhões de dólares por ano (NIEVA, 2019). Ao inserir dados sobre o Pajeú na plataforma mais poderosa, atualmente, para criação de mapas em *Inserções em GoogleMaps*, ou utilizá-lo como base para um arquivo geolocalizado de documentos de difícil acesso, em *Excursão Pajeú* a ação artística proposta produz um ruído no sistema e, com isso, revela os interesses e valores codificados em seus programas. Atuando com e a partir de dentro do Google Maps, as intervenções criam uma nova máquina de imagens, produtora de uma imagem diferente daquela programada pelo poder oficial e pelos interesses capitalistas, concorrendo com o poder dos fortes, ao mesmo tempo em que revela as disputas em jogo encarnadas no mapa.

Repassando o argumento (Conclusão)

Ao longo deste artigo, procurou-se contextualizar a situação de apagamento físico e simbólico do Riacho Pajeú, com especial atenção às disputas políticas e econômicas pelo imaginário coletivo que constituem este processo. Na tentativa de responder a esta questão, a pesquisa discutida propõe uma série de ações artísticas, dentre as quais procurou-se analisar o aplicativo *Excursão Pajeú* e a intervenção *Inserções em GoogleMaps*. A análise desses trabalhos foi balizada pelo papel do mapa na construção de verdade (FOUCAULT, 1982) e como uma imagem técnica programada e programadora de funcionários (FLUSER, 2009).

Segundo Flusser, para escapar da condição de funcionários de tal sistema, é preciso jogar contra o programa codificado nos aparelhos, introduzir nos dispositivos elementos não previstos, reestabelecendo, assim, a busca utópica pela liberdade em um contexto dominado pelas operações automáticas. Para Flusser, é preciso agir a partir do interior das caixas-pretas que significam o mundo, reprogramando os aparatos sociotécnicos pela produção de imagens informativas fora das intenções programadas.

Assumindo a tarefa do intelectual específico, a artista preocupou-se não em apontar mentiras, mas sim atuar diretamente sobre a economia política da produção da verdade e incluir novas forças nesse campo em disputa, considerando que a verdade é um produto dos jogos de poder. Pelo gesto criativo e programador, os trabalhos apresentados atuaram no sentido de des-ocultar os programas por detrás das imagens, revelando as intenções ocultas dos discursos oficiais sobre o Riacho Pajeú, e, principalmente, operando contra o seu apagamento simbólico.

Referências

- ADORNO, Francesco Paolo. A tarefa do intelectual. *In*: GROS, Rédéric (Org.). **Foucault: a coragem da verdade**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- CARVALHO, Alfredo de. Diário da Expedição de Matias Beck ao Ceará em 1649. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 327-405, 1903.
- CASTRO, José Liberal de. **Fatores de localização e de expansão da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1977.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa-preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Tradução do autor. Rio de Janeiro: Sinergia Relume Dumará, 2009.
- _____. Mapas e hotéis. Manuscrito. Documento 3071, em ESSAYS 12_ PORTUGUESE-M. **Arquivo Vilém Flusser São Paulo**. Disponível em: <<http://www.arquivovilemflusser.com.br>>. Acesso em: 1 set. 2020.
- _____. **O universo das imagens técnicas**: elogio da superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008.
- FORTALEZA. Lei complementar n.º 0202, de 13 de maio de 2015. **Diário Oficial do Município**. Fortaleza, ano 61, n. 15.523, p. 1-13, 18 mai. 2015. Disponível em: <https://urbanismoemambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/legislacao-especifica/lei-complementar_n%C2%BA_0202_de_13_de_maio_de_2015.pdf> Acesso em: 10 set. 2020.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- _____. **Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 3ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2ª ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.
- GORDON, Colin. Introduction. *In*: FAUBION, James D. (Ed.). **Michel Foucault: power**. New York: The New York Press, 1994.
- HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. Tradução de Mônica Balestrin Nunes. **Confinis**. [Online] 5, 2009. Disponível em: <<http://confinis.revues.org/index5724.html>> Acesso em: 07 out. 2013.
- _____. Deconstructing the map. **Cartographica**, v. 26, n. 2. 1992, p. 1-20.
- IBGE. **Aglomerados Subnormais**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>> Acesso em: 17 set. 2020.
- JACQUES, Paola Berenstein. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. **Arquitextos**. São Paulo, Vitruvius, n. 110. 02 jul. 2009. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>> Acesso em: 17 set. 2020.

- LAGUNA, Emanuel. Para evitar pichações, Google Map Maker reabrirá em agosto com curadoria da comunidade. **MeioBit**, 2015. Disponível em: <<https://www1.tecnoblog.net/meiobit/2015/google-map-maker-reabrira-em-agosto-com-lideres-regionais-vindos-da-comunidade-de-editores/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- MATTAR, Rita. A Memória Como Forma de Justiça no Pensamento de Paul Ricoeur e Tzvetan Todorov. **Humanidades em diálogo**, v. 4, n. 2, p. 105-124, 9 dez. 2012.
- NIEVA, Richard. Google Maps has now photographed 10 million miles in Street View. **Cnet**, 13 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.cnet.com/news/google-maps-has-now-photographed-10-million-miles-in-street-view/>>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- POMPEU, Thomaz. Os efeitos benéficos das medidas higienicas e especialmente dos esgotos. **Revista da Academia Cearense**. Fortaleza: Typ. Studart, tomo II, p.83-150, 1897. Disponível em: <http://www.ceara.pro.br/acl/revistas/revistas/1897/ACL_1897_14_os_efeitos_beneficos_das_medidas_higienicas_e_especialmente_dos_esgotos_1.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- TEIXEIRA, Ana Cecília de Andrade. **Parque ampliado do Pajeú: uma abordagem site-specific com uso de locative media**. 2017. 146f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Artes da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.